



10 • Correio Braziliense — Brasília, sexta-feira, 16 de dezembro de 2022

Bolsas	Pontuação B3	Dólar	Salário mínimo	Euro	CDI	CDB	Inflação
Na quinta-feira	Ibovespa nos últimos dias	Na quinta-feira	Últimos	Comercial, venda na quinta-feira	Ao ano	Prefixado 30 dias (ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
<b>0,01%</b> São Paulo	<b>2,25%</b> Nova York	<b>R\$ 5,316</b> (+ 0,28%)	<b>R\$ 1.212</b>	<b>R\$ 5,652</b>	<b>13,65%</b>	<b>13,66%</b>	Julho/2022 -0,68 Agosto/2022 -0,36 Setembro/2022 -0,29 Outubro/2022 0,59 Novembro/2022 0,41

## CORREIO DEBATE DESAFIOS 2023 O BRASIL QUE QUEREMOS

Investimentos no setor estão no patamar mais baixo em décadas. Para ampliar os recursos aplicados em áreas como estradas, portos, energia e saneamento, o país vai precisar contar com o setor privado, melhorando o ambiente de negócios

# Infraestrutura exige melhor governança

» RAFAELA GONÇALVES

O investimento em infraestrutura no Brasil está abaixo de 2% do Produto Interno Bruto (PIB), muito aquém do necessário para cobrir as carências do país no setor. “É um patamar baixo. Temos um país com uma grande demanda por serviços de infraestrutura, e esse volume reduzido que limita nosso potencial de crescimento”, afirmou a consultora econômica Zeina Latif, na abertura do painel O crescimento passa pela infraestrutura do seminário **Correio Debate: Desafios 2023** — o Brasil que queremos, organizado pelo **Correio Braziliense**.

Para a economista, não é possível pensar em crescimento dos investimentos em infraestrutura sem reforçar a governança, com bons projetos e um ambiente de negócios saudável. Segundo ela, quando se pensa no segmento, a tendência é dizer que “o setor público tem que investir mais, o BNDES tem que financiar mais”. “Porém, essa equação é muito mais complexa”, alertou.

Diante da incapacidade atual de financiamento do setor público, ela avalia que é necessário um olhar mais voltado para o setor privado. “É muito importante, primeiro, reforçar a governança. Tivemos, em um passado recente, um imbróglcio muito grande para a manutenção dos investimentos no segmento. (Houve) Projetos equivocados, inclusive abrindo espaço para corrupção, tiraram muitas empresas desse mercado”.



**Tivemos, em um passado recente, um imbróglcio grande no segmento. Projetos equivocados, inclusive abrindo espaço para corrupção, tiraram muitas empresas desse mercado”**

**Zeina Latif**, consultora

Diante de um ambiente macroeconômico desafiador para o investimento privado, Latif acredita que é preciso garantir mais segurança aos investidores.

“O grau de insegurança jurídica que temos hoje no país machuca o investimento”, afirmou a consultora. “A saída para atingir patamares que consigam dar conta dos desafios do país é dar um grande salto, que tem de vir do setor privado, devido à restrição orçamentária do setor público e, também, pela questão da governança”, reforçou.

### PPPs

Jorge Arbache, vice-presidente do Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), avaliou que as Parcerias Público-Privadas (PPPs) devem ter papel importante na próxima gestão, diante de uma agenda sem privatizações, defendida pelo presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT). “Membros do governo já mencionaram que talvez as PPPs voltem com um pouco mais de ímpeto. Mas colocar um projeto amplo na rua requer estudos de grande complexidade. Aqui, o BNDES pode ter uma função importante”, disse.

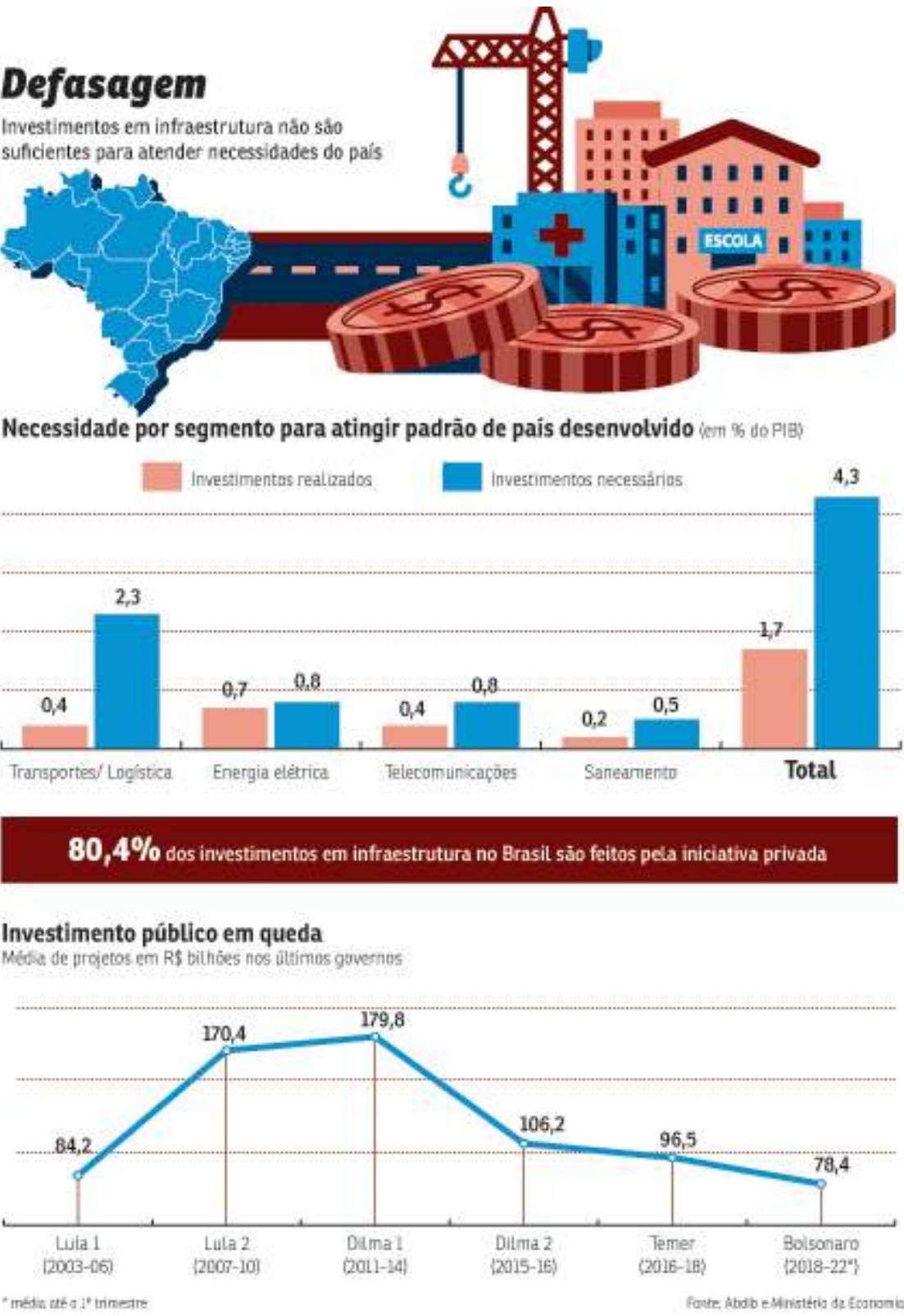
Avaliando as perspectivas para o próximo ano, o ex-ministro da Fazenda e ex-presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, destacou a importância de o governo ganhar credibilidade — o que passa pela definição do novo arcabouço fiscal e pelo corte de despesas desnecessárias. “Para investimento em infraestrutura, que é importante, existe espaço, desde que haja corte de outras despesas. É isso que temos que ver”, disse.

O volume de investimentos em infraestrutura é um indicador do desenvolvimento econômico de um país. Em nações desenvolvidas, como Alemanha, Japão e Estados Unidos, ele fica acima de 60% do PIB. O economista Tony Volpon, estrategista-chefe da Wealth High Governance (WHG), empresa global de gestão de fortunas e ativos, afirmou que a pressão pela redução da dependência da China fará muitas empresas saírem do país, o que abre para o Brasil a “oportunidade de ser um player do ponto de vista global”. Mas para isso, frisou, é necessário um conjunto articulado de reformas para atrair esses investimentos.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Para a consultora Zeina Latif, grau elevado de insegurança jurídica “machuca o investimento”



## Estatais: freio em projeto

» RAPHAEL FELICE

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) adiou a votação do projeto que altera a Lei das Estatais e facilita indicações políticas para cargos de direção nessas empresas. A proposta foi aprovada na calada da noite de terça-feira, na Câmara dos Deputados, horas depois de o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) confirmar o nome do ex-ministro Aloizio Mercadante para a presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no novo governo.

A aprovação foi vista como uma forma não só de favorecer a nomeação de Mercadante, mas também de abrir caminho para barganhas políticas. O movimento desagradou senadores, até mesmo aliados, e provocou forte reação de entidades empresariais. Pressionado, Pacheco afirmou que buscará consenso para votar o projeto na próxima segunda-feira, mas há maior possibilidade de que o assunto fique para fevereiro de 2023.

“O que eu tenho percebido em boa parte dos líderes do Senado é a necessidade de uma melhor reflexão a respeito. Não quero afirmar que ficará para o ano que vem, mas não necessariamente será nesta semana e pode não ser na próxima também”, disse Pacheco.

Entre outros pontos, a Lei das Estatais, aprovada no governo Michel Temer (MDB), proíbe que o governo indique para a diretoria ou conselhos de empresas públicas pessoas que tenham, nos últimos 36 meses, feito parte da cúpula de partidos ou trabalhado em campanhas eleitorais.

Inicialmente, o projeto aprovado pelos deputados mudariam apenas regras sobre gastos das empresas públicas com publicidade, mas foi colocado no texto um “jabuti” de última hora para reduzir o tempo de quarentena de três anos para 30 dias.

O líder do governo, Carlos Portinho (PL-RJ), afirmou que a medida foi aprovada por conveniência e apresentou requerimento para que ela seja examinada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

“Não acredito que o senador Rodrigo Pacheco vá pautar um projeto sem encaminhar para uma comissão qualquer. Qualquer projeto é legítimo, desde que seja discutido. O próprio PT está sentindo que não há clima para votar esse projeto”, disse Portinho. “Quarentena de 30 dias? Isso é tempo de aviso prévio, não tem cabimento”, acrescentou.